

**As Universidades Comunitárias e o Desafio da Educação Preparatória para o Desenvolvimento Regional**

**Eliane Salete Filippim  
José Elmar Feger  
Luiz Carlos Lückmann  
Odilon Poli**

**RESUMO**

Este estudo analisa uma experiência em curso em três universidades catarinenses para a realização consorciada de um curso superior para a formação de agentes para o desenvolvimento regional, inserido no contexto de um programa desenvolvido e executado pela Secretaria de Estado da Educação e pelas universidades comunitárias presentes no Oeste Catarinense: UnC, Unochapecó e Unoesc, que visa capacitar agentes para o desenvolvimento regional. O objetivo central foi analisar a percepção dos alunos envolvidos no Curso de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional quanto ao processo pedagógico. Quanto aos procedimentos metodológicos e as técnicas adotadas, fez-se uma descrição do contexto da implementação dessa proposta, para, em seguida, analisar dados obtidos em pesquisa sobre o processo desta experiência de construção de rede para a educação com foco no desenvolvimento. Os resultados apontam, entre outros, para a significativa ampliação da percepção das dimensões do desenvolvimento entre os envolvidos no processo. Conclui-se que a educação preparatória para o desenvolvimento tende a disponibilizar à sociedade profissionais capazes de exercerem suas profissões com eficácia, e também, capazes de entender e participar das decisões que envolvem o desenvolvimento sustentável da sua região de atuação.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Universidade comunitária. Educação.

**1 INTRODUÇÃO**

A preocupação com o desenvolvimento regional foi norteadora da formulação de uma política pública estabelecida no ano de 2003 pelo governo do estado de Santa Catarina, em parceria com a sociedade civil, a qual tem na descentralização da tomada de decisões seu ponto crucial. A efetivação dessa política de desenvolvimento passou pela implantação de trinta Secretarias de Desenvolvimento Regional distribuídas em todo o território catarinense, de forma a conduzir um processo de geração de consenso em torno de qual estilo de desenvolvimento adotar em cada território sem, contudo, perder de vista uma unidade de gestão.

No horizonte da formulação e implementação dessa política pública para o desenvolvimento, este estudo tem como foco a análise de uma experiência em curso, no Oeste Catarinense, de educação preparatória para o desenvolvimento. Apresenta como objetivo, analisar a percepção de um grupo de alunos envolvidos no processo de implantação e gestão do Curso Superior Sequencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional, quanto ao alcance de seus objetivos pedagógicos e práticos, com vistas à geração de aprendizagem e à

melhoria contínua do processo educativo. Parte-se de uma descrição contextual dos eventos que levaram à implantação desse curso, componente do Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento, desencadeado pelo governo do estado de Santa Catarina, em parceria com as Instituições de Educação Superior (IES) presentes no território do Oeste: a Universidade do contestado (UnC), a Universidade de Chapecó (Unochapecó) e a Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc).

A gestão do processo ensino-aprendizagem, do referido curso, não é somente uma atividade interna de cada IES, mas coletiva, já que se espera o alcance dos mesmos objetivos e do mesmo padrão de qualidade. Nesse sentido, várias reuniões são realizadas entre os coordenadores das turmas, entre os dirigentes das três IES, além da participação ativa dos representantes da Secretaria de Educação e Inovação do estado e dos Secretários de Desenvolvimento Regional. Essas reuniões proporcionam uma avaliação constante das atividades, permitindo aos dirigentes obterem uma visão sistêmica e adequada ao melhor andamento do projeto. Esses procedimentos têm garantido um bom funcionamento dos cursos, porém a avaliação é centrada no corpo docente e administrativo das IES, o que levou os autores do presente artigo a se questionarem quanto à percepção que os discentes têm do processo.

A questão que norteou a pesquisa foi: qual a percepção dos alunos matriculados no Curso Superior Sequencial de Formação de Agentes de Desenvolvimento quanto ao processo ensino-aprendizagem até aqui implementado?

Para facilitar a apresentação dos dados, este artigo divide-se em três partes, além da introdução, na primeira parte faz-se uma abordagem conceitual do desenvolvimento regional e do papel da Universidade; na segunda, apresenta-se o contexto em que foi criado o curso e analisam-se as respostas colhidas por meio dos questionários, para, finalmente, na terceira parte, apresentar as conclusões e considerações que direcionem para novas pesquisas que venham a preencher as lacunas não atendidas nesta pesquisa.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

O desenvolvimento, mais que um conceito, é uma idéia-força que tem movido o Ocidente desde o Iluminismo. Situando-se na confluência de diferentes campos de estudo, tais como a Economia, a Ecologia, a Ciência Política, a Administração, a Sociologia e a Geografia, essa concepção abarca um variado leque de significações.

### **2.1 AS DIFERENTES SUSTENTABILIDADES DO DESENVOLVIMENTO**

Apesar da proliferação de abordagens, é possível extrair da literatura alguns pontos convergentes em torno do tema do desenvolvimento. Um deles é a percepção de uma diferença substantiva entre desenvolvimento e crescimento, já que crescimento remete quase que unicamente à esfera econômica, excluindo aspectos fundamentais para o desenvolvimento como o ecológico, o antropológico e o político.

A opção por tratar o desenvolvimento em seu âmbito regional, parte de uma percepção de que as relações de proximidade podem ser favoráveis à construção de um projeto comum. No entanto, não se pode desconsiderar que há esferas decisórias, fora e acima do contexto regional, que podem dificultar a ação de desenvolvimento de uma região. Considerando ainda que a definição objetiva de região depende da visão dos atores sociais, essa possibilidade de amplas combinações permite que as fronteiras de uma região sejam mutáveis de acordo com os mais diversos

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

interesses em jogo. Bourdieu (1989) esclarece que os critérios objetivos de identidade regional são objeto de representações mentais, ou seja, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos em estratégias de manipulação simbólica.

Nesse contexto, a demarcação de uma região tal qual a eleita neste trabalho, o Oeste Catarinense, é fruto de uma construção histórica, na qual inúmeras forças políticas, sociais e econômicas interagiram, produzindo o atual tecido social. Observada a relevância do contexto regional para um processo de desenvolvimento, surge a visão de que ele pode resultar da articulação de forças endógenas, sem deixar de levar em conta os fatores condicionantes do contexto nacional e internacional.

Dessa forma, partindo de uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar tanto para a conceituação quanto para a implantação de programas e projetos de desenvolvimento, apresentam-se alguns critérios que compõem as sustentabilidades necessárias ao desenvolvimento (Quadro 1).

Critério	Característica
Social	Distribuição de renda justa; qualidade de vida; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Valorização da cultura local; capacidade para elaboração de um projeto de desenvolvimento endógeno; abertura para o mundo combinada com autoconfiança.
Ecológico	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis.
Econômico	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; otimização das forças regionais.
Espacial	Superação das desigualdades inter-regionais; equilíbrio entre cidade e campo.

Quadro 1 – Critério de sustentabilidade. Fonte: adaptado de Sachs, 2002.

Considera-se que o desenvolvimento, para ser sustentável, deva contemplar uma dimensão ética fundamental que se traduz em solidariedade sincrônica e solidariedade diacrônica. A solidariedade sincrônica é aquela que se dedica a atender às necessidades básicas dos povos atuais, e a solidariedade diacrônica tem a preocupação com a qualidade de vida das gerações futuras (MONTIBELLER-FILHO, 2002; SACHS, 2002).

As sustentabilidades descritas pressupõem que o desenvolvimento tenha por base: a justiça social, a eficiência econômica e a prudência ecológica (SACHS, 2002). Estas dimensões precisam ser tratadas de maneira interdisciplinar, sendo, o desenvolvimento, ele próprio uma categoria analítica impossível de apreender de maneira disciplinar.

Uma vez que o desenvolvimento é uma escolha de um dado grupo social por um estilo próprio a seguir, não há um modelo universal capaz de dar conta de toda a diversidade e complexidade de realidades tão múltiplas. Faz-se necessário considerar, na opção pelo estilo de desenvolvimento, as particularidades sociais, culturais e ambientais de cada local ou região (RAUD, 1998). Esse processo que visa à geração de bem-estar comum pode ser alcançado por meio da participação de todos os atores sociais, utilizando-se de estratégias de planejamento participativo e de qualificação desses atores, permitindo-lhes escolhas mais adequadas à solução de seus problemas.

Para a sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento de determinado território, são necessárias novas formas de administração pública baseadas em alianças e parcerias interorganizacionais configuradas em redes. No sentido relacional, redes são:

*um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não-hierárquica e interdependente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns com relação a uma política e que trocam recursos para satisfazer a estes interesses compartilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de atingir objetivos comuns (BÖRZEL, 1998).*

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

O tema das redes tem ganho importância, pois pesquisas comprovam o impacto positivo da integração sobre a qualidade das instituições de um determinado local (RODRIK e SUBRAMANIAN, 2003). As pesquisas desses autores confirmam que o movimento inverso também ocorre: a qualidade das instituições impacta positivamente a integração. Nesse sentido, a integração de instituições de um território constitui-se numa estratégia de articulação de forças sociais, econômicas e políticas em torno de um projeto comum de desenvolvimento que acaba por produzir melhorias não só no contexto geográfico, mas também nas próprias instituições parceiras.

Dessa forma, acompanha-se Fischer (2004, p. 19) quando afirma que “a construção do desenvolvimento local é forjada por interorganizações que refletem os interesses plurais das instituições que operam no espaço público”. Essas interorganizações, comumente tratadas como redes, adquirem sentido diverso de acordo com a abordagem teórica que as embasa. Pode-se agrupar essas abordagens em duas grandes correntes: uma primeira, denominada, aqui, redes competitivas, que prioriza o estudo de redes de empresas, *clusters* e arranjos produtivos locais, cujo objetivo maior é ampliar a capacidade de agregação de valor e geração de renda aumentando a competitividade sistêmica do território na qual elas se situam. Nesse sentido, os estudos da economia regional, desenvolvidos a partir de 1950, enfatizaram a importância da aglomeração e da concentração de empresas para o crescimento de um local ou região (AMARAL FILHO, 2004).

Uma segunda corrente é aquela que enfatiza o papel das redes sociais seguindo a linha do pensamento de Putnam (1996) e de Fischer (2004). Nessa última corrente, as redes visam ampliação da cidadania e da articulação social comportando uma visão de futuro ideal compartilhada e uma estratégia coletiva para lograr efetivá-las. Nesse sentido, surgem novas estratégias para o desenvolvimento local e regional que privilegiam a ação dos múltiplos atores sociais presentes no território, já que eles estão mais próximos da realidade e mais informados a respeito das demandas da população local e regional.

Essas duas visões acerca da estratégia da adoção das redes, longe de se auto-excluírem, podem se complementar, visto que fazem parte de um processo dinâmico, no qual cooperar e competir são forças presentes tanto na esfera local ou regional quanto na global (FISCHER, 2004). Dentre as características convergentes atribuídas à estratégia das redes, podem-se citar o seu potencial de flexibilidade e interdisciplinaridade, a democracia e descentralização na tomada de decisões e o alto grau de autonomia possibilitado aos seus membros (MARINI; MARTINS, 2004).

Na linha dessa articulação da sociedade civil, o Estado assume uma nova configuração e passa a incentivar parcerias entre os diferentes atores sociais. Nessa perspectiva, em Santa Catarina, no ano de 2003, por iniciativa do governo do estado, procedeu-se uma descentralização administrativa por meio da criação e implantação de trinta Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs). Criadas com o objetivo de representar o governo do estado no âmbito de cada respectiva microrregião, as SDRs visam articular e promover a integração regional dos diversos setores da administração pública e privada, coordenando as ações de desenvolvimento no território de sua abrangência.

A cooperação para o desenvolvimento de um território entre entidades públicas e privadas pode superar a fragmentação de programas e a dispersão de esforços. Já que essa cooperação nem sempre é espontânea, há que ser incentivada, organizada e planejada por organismos supra-regionais como os fóruns, as agências e os conselhos de desenvolvimento. Nesse sentido, a formação de pessoas altamente qualificadas para atuação como agentes de desenvolvimento torna-se uma ação estratégica para regiões e estados. Sem esse investimento em educação, os

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

territórios ficarão restritos à mera recepção e execução de políticas de desenvolvimento vindas do governo central, sem possibilidade de crítica ou de inovação.

Para a preparação desses agentes de desenvolvimento, os governos dos estados e dos municípios precisam desenvolver uma dinâmica de parceria com a sociedade organizada e com as instituições formadoras, já que essa tarefa requer a articulação de esforços e a integração de múltiplos centros educacionais, de pesquisa e de inserção comunitária.

Essa formação de agentes de desenvolvimento é imprescindível para a articulação de projetos e para a coordenação de esforços rumo aos objetivos de sustentabilidade territorial. Esses profissionais devem ser preparados para compreender as profundas implicações de um projeto de desenvolvimento regional bem como para traçar estratégias e ações capazes de efetivá-lo.

A preparação de agentes de desenvolvimento para o exercício das competências de planejar, articular e implantar planejamento estratégico do desenvolvimento regional deve ser uma preocupação central de todos os atores comprometidos com o desenvolvimento de uma região: governo estadual, sindicatos, instituições de ensino profissional, associações de municípios, agências de desenvolvimento, organizações privadas e, particularmente das Universidades comunitárias, cuja missão explícita é contribuir para o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas.

O universalismo é uma categoria própria da racionalidade moderna. É elemento constituinte do marco conceitual da universidade de origem alemã, bem como da universidade de origem francesa, além de influenciar a própria origem da universidade brasileira. É um modelo de universidade cartesiana em seus pressupostos e iluminista em sua concepção, na medida em que concebe o homem como sujeito emancipado, universal, racional e autônomo, capaz de progresso sem fim e de racionalidade secularizada.

Contrapondo-se ao universalismo, a universidade contemporânea vem trabalhando com outra categoria, a categoria da regionalidade, presente no escopo conceitual, sobretudo, das universidades comunitárias, criadas para atender demandas sociais advindas das comunidades de seu entorno, com a missão de participar de seus processos de desenvolvimento. Por regionalidade entende-se o *locus* a partir do qual a universidade se move e onde sua *práxis* se concretiza. O desenvolvimento é entendido como processo multidimensional e interdisciplinar de transformação social, econômica e ambiental de uma determinada região ou país.

Portanto, regionalidade e desenvolvimento são categorias complementares, ou seja, não se pode falar em desenvolvimento se este não acontecer a partir de um *locus*, de uma região. O desenvolvimento, em todas as suas dimensões, precisa, portanto, ser pensado primeiramente sob o âmbito da regionalidade. O universalismo, próprio da racionalidade moderna, é aqui substituído pela valorização do local e do regional. Conseqüentemente, pode-se afirmar que a universidade contemporânea estará cumprindo o seu papel na medida em que se inserir no processo de desenvolvimento das comunidades de seu entorno.

Pensar em uma universidade voltada para o desenvolvimento regional implica em assim pensá-la desde a sua concepção. Ou seja, concepção e missão andam juntas, são inseparáveis. Assim sendo, pensar a universidade na perspectiva do desenvolvimento regional significa pensá-la enquanto instituição social e não como uma mera organização voltada para o mercado (CHAUÍ, 1999). Enquanto instituição social, a universidade busca o reconhecimento público de sua legitimidade e de seus fins por meio de sua inserção no desenvolvimento de suas comunidades. Seu referencial é a sociedade, não o mercado pelo mercado. Enquanto organização de mercado, a universidade limita seu papel à formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, inserindo-se no jogo de uma sociedade dominada pelos valores da concorrência, da produtividade, da funcionalidade e da racionalidade técnica.

O modelo de universidade enquanto instituição social preocupa-se com a pertinência e com a legitimidade de sua prática social. Isso significa dizer que o ensino, a pesquisa e a extensão que este modelo de universidade desenvolve possuem a marca da regionalidade. Ou seja, fazer ensino, pesquisa e extensão em uma instituição social não são fins em si mesmos, mas meios para que a universidade possa melhor se inserir na problemática do desenvolvimento regional.

Para atingir tal intento, é preciso focar a missão da universidade para três direções: formar pessoas, produzir conhecimento e desenvolver a extensão com o objetivo de lograr o desenvolvimento econômico, social e ambiental de sua região de abrangência.

A missão de formar pessoas não deve ser entendida como mera profissionalização com vistas ao mercado de trabalho, mas como processo de formação científica, técnica e cidadã. A sociedade contemporânea deseja que a universidade, mais do que preparar empregados, capacite pessoas com perfil para atuarem enquanto agentes e empreendedores do desenvolvimento social das comunidades às quais pertencem. Para isso, é preciso que a universidade conceba e implante seus projetos pedagógicos para atender a demandas sociais existentes na região de sua abrangência, com o foco voltado para o desenvolvimento de suas comunidades.

A produção do conhecimento não deve ser contabilizada pelo acúmulo de pesquisas inócuas que servem apenas para adornar as estantes de bibliotecas das universidades. É preciso produzir conhecimentos que sejam socialmente relevantes e voltados para a solução de problemas regionais. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em censo realizado junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, ao inventariar 19.470 grupos de pesquisa no ano de 2004, constatou que as linhas de pesquisa que dão sustentação a esses grupos concentram-se, sobretudo, em cinco setores de aplicação: saúde humana (33,2% das linhas); educação (31,7% das linhas); defesa e proteção do meio ambiente (15,2% das linhas); agricultura e pecuária (13% das linhas); e biotecnologia (10,7% das linhas). Não resta dúvida que saúde, educação, meio ambiente, agricultura e pecuária e biotecnologia são áreas imprescindíveis para o desenvolvimento de um país e, mais ainda, das diversas regiões que o compõem. Contudo, resta checar até que ponto esta pesquisa se converte em conhecimento mobilizador para as comunidades do entorno das universidades criadas com vocação regional.

Neste sentido, a missão de desenvolver a extensão não pode ser confundida com a mera prestação de serviços. É preciso desenvolver programas e projetos de extensão socialmente relevantes pois a legitimidade de uma instituição universitária não se limita ao cumprimento de indicadores previstos em lei. Ela está na sua capacidade em responder aos desafios colocados pelas comunidades de seu entorno. Ou seja, a legitimidade social somente será alcançada na medida em que a universidade buscar uma efetiva integração com a comunidade regional. Esta integração se materializa especialmente pela extensão.

Para a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, “a pertinência do ensino superior deve ser vista essencialmente em função de seu papel e seu lugar na sociedade, de sua missão em matéria de educação, de pesquisa e dos serviços que dela decorrem, assim como de suas ligações com o mundo do trabalho no sentido mais amplo” (1998, p. 08). A extensão, tanto quanto a formação e a pesquisa, são, portanto, componentes essenciais para que a universidade possa participar do processo de desenvolvimento social e regional.

### **3 MÉTODO**

Optou-se por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, abrangendo apenas os alunos matriculados nos cursos ministrados pela Unoesc, *campus* de Joaçaba, devido à facilidade na obtenção dos dados e à necessidade de testar o instrumento de pesquisa, propiciando aprofundar o

campo de estudo, bem como formular outras hipóteses que possam subsidiar um sistema de avaliação mais apropriado para os cursos das três IES. Assim, o universo pesquisado, ficou definido como o dos alunos matriculados no Curso Superior Sequencial de Formação de Agentes de Desenvolvimento nas cidades de Campos Novos e Joaçaba.

O total de alunos matriculados no segundo semestre de 2005 nessas duas cidades, que, portanto, formam a população-alvo, era de 73 acadêmicos. Partiu-se da análise dos documentos produzidos pelas três universidades, como as atas das reuniões, o projeto pedagógico do curso, e, com base neste material foi elaborado e aplicado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, que serviu como instrumento de coleta de dados entre os alunos.

A aplicação dos questionários para levantamento dos dados foi feita pelos dois coordenadores das referidas turmas, no mês de dezembro de 2005. Retornaram para tabulação 61 questionários que representam 83,5% da população. Após a tabulação dos dados colhidos, eles foram analisados em relação aos critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002) e aos objetivos do próprio curso.

#### **4 RESULTADOS**

A partir da compreensão da relevância de sua função na educação preparatória para o desenvolvimento sustentável regional, as universidades comunitárias, com sede no Oeste de Santa Catarina, a Universidade de Chapecó (Unochapecó), a Universidade do Contestado (UnC) e a Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc), propuseram ao governo do estado de Santa Catarina, a criação e a implantação de um Programa de Formação de Agentes para o Desenvolvimento. Esse programa, no qual se insere o curso Superior de Formação de Agentes de Desenvolvimento, objeto deste estudo, teve início no ano de 2004 e é resultado de uma articulação interinstitucional e inter-regional.

No âmbito das universidades situadas no *continuum* geográfico do Oeste Catarinense, que sempre se definiram como comunitárias e regionais, decidiu-se conceber e operacionalizar um programa institucional permanente de desenvolvimento regional. Para a efetivação dessa intenção, criou-se um curso superior, modalidade seqüencial, de formação de agentes de desenvolvimento, cujo projeto pedagógico, foi elaborado em parceria pelas três universidades e aprovado para execução pelo governo do estado.

Pensou-se uma proposta pedagógica que permitisse a oferta desse curso de forma complementar a outro curso de graduação do qual os alunos são originários. A escolha dos cursos, para que seus alunos pudessem receber essa complementação específica na área do desenvolvimento regional, aconteceu nas reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR), órgão deliberativo das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), de todo o Oeste catarinense. Após a tomada de decisão dos CDRs, procederam-se a seleção dos alunos, a capacitação dos docentes e a implantação efetiva do Curso Superior Sequencial de Formação de Agentes de Desenvolvimento. O curso se insere no contexto do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional que consiste num conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à articulação da melhoria do ensino superior ao processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Oeste Catarinense. O programa foi elaborado por meio do esforço conjunto da Secretaria de Estado da Educação e Inovação de Santa Catarina, das três universidades comunitárias do Oeste catarinense (UnC, Unochapecó e Unoesc) e das Secretarias de Desenvolvimento Regional que integram o programa. O Estado de Santa Catarina, conforme

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

convênio, disponibilizou recursos públicos para pagamento de 70% dos custos da graduação aos alunos que participam do programa.

Como contrapartida, as universidades comunitárias do Oeste oferecem gratuitamente o Curso Superior Sequencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional, que tem a finalidade de complementar os conhecimentos obtidos pelos alunos nos cursos de graduação, contemplados pelo Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, para que possam atuar como agentes de desenvolvimento.

O objetivo central do curso é promover a melhoria da educação superior no Oeste Catarinense, a partir de cursos de graduação estratégicos para o desenvolvimento regional e seus procedimentos metodológicos foram organizados de maneira a atender a duas grandes diretrizes: a) direcionar o estudante para uma intervenção prática sobre a realidade regional, e b) promover a interdisciplinaridade. O egresso do curso, poderá atuar na assessoria e consultoria de programas de desenvolvimento regional, na elaboração e gestão de projetos socioeconômicos e ambientais, bem como na análise e implementação de políticas públicas.

A matriz curricular foi organizada de maneira a atender uma parte teórica e outra prática. Nesse sentido as disciplinas têm uma dimensão de análise conceitual e outra que conduz à intervenção do estudante na sua realidade regional. Organizadas em módulos, as disciplinas visam integrar, de maneira interdisciplinar, as dimensões do desenvolvimento, seja na sua abordagem, seja no trabalho avaliativo no final de cada semestre, por meio da disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Sustentável. Em linhas gerais, o conteúdo programático do curso versa sobre os temas relacionados ao desenvolvimento regional, tais como: economia regional, meio ambiente, história e cultura regional, políticas públicas, empreendedorismo social, gestão de redes, geração de emprego e renda, planejamento estratégico participativo e gestão de projetos para o desenvolvimento regional.

Considerando-se a relevância social dessa ação formativa que surgiu da parceria entre o governo do estado e as três universidades do Oeste catarinense, faz-se necessária uma avaliação de como os alunos envolvidos no processo estão percebendo esse esforço por educação preparatória para o desenvolvimento. Nesse sentido, como pesquisa exploratória, elegeu-se o conjunto de alunos da região da abrangência da Unoesc *campus* de Joaçaba para fazer a checagem dessa percepção e gerar aprendizagem para a continuidade e melhoria do processo. A intenção da pesquisa foi avaliar o entendimento do aluno quanto à validade do curso, já que é complementar ao seu curso de origem, como também avaliar se o curso está atingindo os objetivos a que se propôs.

Tomando a percepção como um sistema de valores, de crenças e de preferências (HERZLICH, 2002), buscou-se averiguar de que maneira os alunos do Curso Superior Sequencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional (doravante denominado curso) percebem o processo ensino-aprendizagem desencadeado até o momento.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário ao qual responderam 61 alunos do curso, dos quais, 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. A idade dos inquiridos concentra-se na faixa dos dezessete aos vinte e cinco anos (69%), estando em idade compatível com a considerada adequada para frequentar um curso superior. O nível de escolaridade dos respondentes é superior incompleto indicando que quase a totalidade (98%) dos acadêmicos está fazendo a sua primeira graduação. Apenas um aluno do curso afirma já possuir curso superior completo.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Quanto ao nível de conhecimento, sobre desenvolvimento regional, que os alunos detinham no início do curso, verificou-se que 78% dos alunos matriculados, afirmou ter nenhum ou pouco conhecimento sobre o assunto. Inquiridos sobre a importância imputada ao curso que estão frequentando, verifica-se que 85% dos respondentes consideraram muito importante participar do mesmo. Nenhum deles considerou o curso sem importância. No tocante à relevância desse curso como complemento do curso de origem, 98% dos respondentes optaram por considerá-lo relevante e muito relevante. Quanto à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no curso em suas profissões, 57% dos respondentes entenderam que poderão aplicar integralmente o seu conteúdo, enquanto 43% apenas parcialmente.

No que tange à inserção dos acadêmicos na sociedade, foi solicitado que informassem sua percepção quanto à qualificação proporcionada pelo curso. Nesse quesito, 82% dos inquiridos afirmaram que certamente terão melhores condições de participação ativa na sociedade após participar do curso.

Os alunos foram solicitados a opinar sobre a adequação das disciplinas oferecidas pelo curso para a formação de agentes de desenvolvimento. Nesse caso, 75% dos respondentes consideraram que o conteúdo, até agora visto, contribui para a formação proposta, 16% entenderam que talvez estejam adequadas e 7% que depende do ponto de vista ou da situação em análise.

O colegiado do curso optou por fazer a avaliação do processo educativo por meio de um trabalho integrado, envolvendo todas as disciplinas do semestre. Cada professor pode fazer uma avaliação individual, porém, uma das notas é um trabalho de análise da situação regional por meio de uma pesquisa de campo interdisciplinar. Os alunos foram solicitados a avaliar a atividade integradora como sistema de avaliação da aprendizagem, verificando-se pelas respostas uma boa aceitação de sua parte. Observa-se que 38% dos respondentes o consideraram muito adequado e 57% adequado. Somente 3% dos inquiridos consideraram o sistema de avaliação inadequado.

Para verificar quais os conteúdos que mais chamaram a atenção dos acadêmicos, foi feita uma questão aberta solicitando que eles respondessem quais conhecimentos novos foram adquiridos no curso. Por meio da técnica da análise de conteúdo, utilizando-se o *software Sphinx Léxica*, as respostas foram agrupadas em torno das cinco dimensões da sustentabilidade necessárias a um processo de desenvolvimento.

Observou-se, que 59,3% das respostas têm relação com a situação econômica da região, tecendo observações sobre crescimento econômico, renda, diferenças entre os diversos municípios da região. No tocante a sustentabilidade ecológica, 45,8% das menções dos entrevistados foram no sentido de preservar o ambiente para gerações futuras e a necessidade de se levar em conta a dimensão ecológica no desenvolvimento da região. Já no que diz respeito a sustentabilidade espacial, 72,9% das respostas apontam para as questões regionais de ocupação dos espaços e das diferenças entre os diversos espaços existentes na região. Três quartos (74,6%) das afirmações dos alunos trataram das questões sociais, especialmente na gestão das disparidades, das atividades associativas, das políticas públicas voltadas à gestão das questões sociais, principalmente preocupados com a diminuição dos níveis de pobreza e com o tratamento adequado dos problemas das crianças e dos idosos. O item que apresentou um menor número de incidência foi o de sustentabilidade cultural, com 28,8% do total de respostas, com observações relativas à formação da cultura local e regional e sua valorização nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento desse território.

É possível observar que os alunos já incorporam as sustentabilidades do desenvolvimento regional, propostas por Sachs (2002), em seu discurso e superam a visão meramente economicista que confunde desenvolvimento com crescimento econômico. Para os estudantes do curso que

responderam à pesquisa, o desenvolvimento deve contemplar prioritariamente a questão social, superar as disparidades regionais, gerar renda e respeitar as limitações ambientais.

Os alunos foram inquiridos se o curso contribuiu para melhorar a sua percepção sobre os problemas regionais. Nesse quesito, verificou-se que, para 41% dos respondentes, essa capacidade foi melhorada e, para 57% a sua compreensão de desenvolvimento regional se ampliou muito. Somente uma pessoa afirmou que ampliou pouco.

O objetivo do curso não é só formar cidadãos capazes de perceber os problemas regionais, mas também contribuir para que esses cidadãos, agentes de desenvolvimento, possam interferir positivamente para a solução desses problemas. Nesse sentido, para 53% dos alunos, o conteúdo das disciplinas sugere soluções para os problemas identificados e, para 44%, muito frequentemente as disciplinas contribuem para apontar soluções aos problemas levantados na realidade regional. Observou-se ainda, por meio dos relatórios semestrais feitos pela coordenação de curso, que 50% dos alunos estão atuando em atividades de extensão motivados pelo curso, dentre as quais se destaca: diagnósticos da realidade regional; ações de promoção social; palestras e oficinas para comunidades menos favorecidas; levantamento de alternativas de geração de renda a partir de diagnósticos realizados.

Quanto à possibilidade de oferecer esse curso a alunos matriculados nos demais cursos oferecidos pela instituição, 80% dos alunos afirmaram que seria interessante que os demais acadêmicos da instituição tivessem acesso a esse ele, indicando mais uma vez seu entendimento da validade do curso para a sua formação e que o processo de desenvolvimento depende do engajamento de um grupo crescente de atores sociais.

## 5 CONCLUSÃO

A partir do entendimento que o desenvolvimento sustentável decorre da interdependência e integração das cinco dimensões apontadas por Sachs (2002) e de que isso só é possível quando o território possui atores preparados para tomar as decisões adequadas à implementação de projetos que propiciem melhores condições de vida por meio da participação (RAUD, 1998), observa-se a necessidade de que as lideranças locais, participantes do processo de desenvolvimento, desempenhem um papel de protagonismo capaz de interferir na definição de estratégias mais adequadas ao desenvolvimento da sua região. Isso pressupõe a preparação dos diversos atores sociais por intermédio da disponibilização de conhecimentos complementares aos convencionalmente transmitidos e discutidos em cursos profissionalizantes.

Nesse sentido, observa-se que o Curso Superior Sequencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional vem suprir essa demanda, pois, considerando-se que acima de 80% dos alunos não possuíam conhecimentos sobre processos de desenvolvimento, ao seu início e, por meio de suas respostas coletadas nesta pesquisa, observa-se que conseguem agora fazer referência às cinco dimensões de sustentabilidade. Conforme ficou evidenciado nas respostas, em torno de dois terços dos entrevistados refere-se a questões relacionadas com as sustentabilidades econômica, espacial e social. A sustentabilidade ecológica ficou com uma concentração de referências próxima de 50%, apenas a sustentabilidade cultural ficou com 28% das menções. Verifica-se, com isso, que o objetivo do curso de promover uma ampliação de conhecimentos e formar pessoas com uma visão mais integrada e articulada do desenvolvimento regional está sendo atingido.

No que tange à percepção do aluno quanto à validade e aplicabilidade dos conteúdos do curso em sua futura carreira profissional, pode-se afirmar que também nesse quesito o curso vem atingindo

seus objetivos, em relação ao grupo pesquisado. Pelas respostas obtidas, verifica-se que o cursista percebe a importância do conhecimento obtido, tanto no sentido de prepará-lo melhor para a sua profissão como também para que possa interferir e atuar no processo de desenvolvimento regional com maior segurança e preparação.

Finalmente, pode-se concluir que a educação preparatória para o desenvolvimento tende a disponibilizar à sociedade profissionais capazes de exercerem suas profissões com eficácia, e também, capazes de entender e participar das decisões que envolvem o desenvolvimento sustentável da sua região de atuação. Esse curso, para além dos objetivos acadêmicos de geração de conhecimento, assume uma clara intenção de propiciar a intervenção qualitativa de seus egressos em programas e projetos que superem o atual quadro de crise socioeconômica e ambiental da região Oeste catarinense, *locus* da atuação das universidades comunitárias Unoesc, Unochapecó e UnC.

Entende-se que esse tipo de curso, não só sinaliza para o cumprimento da missão institucional dessas universidades expressa no seu compromisso com a promoção da qualidade de vida das populações circundantes, mas também atende a uma prerrogativa fundamental da própria ciência, qual seja, a ética cívica traduzida na busca por desenvolvimento sustentável.

A relevância da educação preparatória para o desenvolvimento percebida entre os alunos pesquisados, só poderá ser sentida na realidade empírica regional a longo prazo. Mas, destaca-se que a articulação de três universidades entre si e com o governo do estado de Santa Catarina é, por si só, uma experiência significativa na linha da construção de redes para enfrentar os grandes desafios colocados pela realidade regional. Quando os governos se dispõem a cumprir o que parece ser o fim último de sua existência, a atenção prioritária às necessidades do cidadão e da sociedade, e atuam em parceria com a sociedade civil por meio de organizações pró-ativas, há de se supor que os resultados devam apontar para o desenvolvimento integrado de seu território. Contudo, essa avaliação mais ampla do impacto dessa parceria efetivada no programa e projeto de curso não foi contemplada nesse estudo constituindo-se em um de seus limites.

Aponta-se a necessidade de ampliar a avaliação da percepção do processo do curso, para todos os atingidos, tanto os docentes, os discentes, os dirigentes como a comunidade externa das três instituições e do governo do estado. Além disso, pesquisas futuras podem avaliar o impacto na realidade empírica da implantação desse curso e da atuação das Universidades comunitárias na promoção do desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. **A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local.** IPEA, 2001. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/ppp23](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp23)>. Acesso em: 14 jan. 2004.

BÖRZEL, T. Organizing Babylon: on the different conceptions of policy networks. **Public Administration**, n. 76, p.253-273, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Censo dos Grupos de Pesquisa**, CNPq, 2004.

CHAUÍ, M. **Universidade em ruínas - na república dos professores.** Petrópolis: Vozes, 1999.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO  
SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

FISCHER, T. e MELO, V. P. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento sócio-territorial. **Revista Organização e Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v. 11, 2004.

HERZLICH, C. **Réussir da thèse en sciences sociales**. Paris: Nathan. 2002.

MARINI, C.; MARTINS, H. Um governo matricial: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento. *In*: IX Congresso Interamericano do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, 2004, Madrid. **Anais...** Madri: CLAD, nov. 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAUD, C. **O Ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial**: problemáticas cruzadas. Florianópolis: APED, 1998.

RODRIK, D. E SUBRAMANIAN, A. The primacy of institutions: and what this does and does not mean. *In*: **Finance & Development**, junho 2003. Disponível em <<http://ksghome.harvard.edu>> Acesso em: 23 set. 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNESCO. **Conferência mundial sobre educação superior**. Paris, 1998.